

28/9/1984

Desemprego rural não deve piorar

Murilo de Carvalho

O desemprego na entressafra da cana, na região de Sertãozinho e Ribeirão Preto — principal zona produtora do Estado de São Paulo não deverá ser maior do que nos últimos anos e por enquanto não há nenhum indício de que possa ocorrer uma "convulsão social" ou mesmo uma revolta semelhante a de Guariba em meados de maio. A afirmação do empresário Maurílio Biagi Filho, diretor superintendente da Usina Santa Elisa, de Sertãozinho, baseia-se na própria disposição que as empresas têm encontrado entre os trabalhadores, depois das conquistas reais do acordo de Guariba.

Biagi acha que as informações sobre essas possíveis convulsões deve-se a má interpretação das reuniões iniciais dos trabalhadores até mesmo com a presença de Lula, que se preparam para o dissídio coletivo da categoria, que será em novembro.

"Não julgamos que este ano deva haver desemprego maior na região, e muito menos que possa envolver 350 mil trabalhadores. Isso nunca ocorreu, e as lavouras de cereais que já estão sendo plantadas deverão ocupar quase que totalmente a mão-de-obra local, restando uma parcela de migrantes que, terminada a safra, voltam para suas regiões de origem, principalmente os que vieram de Minas mas que em todo o Estado não deve ultrapassar 60 mil posseiros", diz Biagi. Outro fator que o leva a crer que o desemprego de entressafra não será tão grande e a crescente produção de laranja, cuja safra deverá ser muito boa este ano, e deverá absorver mais mão-de-obra do que em anos passados. Além disso, está crescendo a produção de feijão e amendoim nas áreas de reformas de canaviais e já é bastante grande o aproveitamento de várzeas sistematizadas para o plantio de arroz.

Biagi diz ainda que, em várias grandes usinas, como a Sta. Elisa e a São matinho, por exemplo, todos os trabalhadores são registrados há pelo menos 9 anos e no período da entressafra são deslocados para o cultivo dos cereais, sendo que, no ano passado foi necessário contratar mais gente do que a usada na safra da cana.

Biagi afirma também que o pedido dos usineiros ao governo do Estado de isenção ou prorrogação do ICM sobre a cana que será colhida além das cotas iniciais determinadas pelo IAA, não pode caracterizar nenhum tipo de pressão, já que é um assunto que interessa também ao próprio governo, uma vez que, caso a cana não seja colhida, não haverá como arrecadar impostos. "Na verdade, estamos solicitando um adiantamento do ICM, para que possamos ter mais recursos na mão e poder investir em áreas maiores de alimentos, e o próprio governador Montoro confirmou achar justa a reivindicação", diz Biagi. E completa: "o que ocorre também, é que essa quantidade de cana liberada além das cotas para produção de álcool, será processada totalmente por conta e risco dos empresários, já que o IAA, no certificado de liberação provisória, afirma que não está dando nenhuma garantia de que comprará a produção. E essa é a razão do pedido, o que não pode ser chamado de pressão".

(Primeiro Caderno — Página 8)